

***Eixo Temático 02 - A Produção de Pesquisas sobre Infâncias,
Gênero e Sexualidade na Educação.***

Thayse Sena ¹
Roseclair Site ²

**TÍTULO: RODA DE CONVERSA SOBRE/NO MUNDO INFANTIL: UM
DIÁLOGO A RESPEITO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS DA
REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE DUQUE DE CAXIAS**

RESUMO

Este trabalho focaliza análises sobre o fenômeno da violência sexual contra crianças que se encontram na Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias, problema esse recorrente no cotidiano escolar. Como metodologia, utilizamos a roda de conversa, a fim de, não só investigar como ocorrem os casos de violência sexual contra crianças na localidade, bem como identificar as ações que têm sido desenvolvidas para prevenção e enfrentamento da questão social apresentada em escolas municipais de Duque de Caxias e, também, sugerir caminhos possíveis. Como resultados, citamos a confiança das crianças de expressar, de alguma forma, as violências sexuais sofridas, o que permitiu os atendimentos individualizados com profissionais gabaritados.

Palavras-chave: Educação. Criança. Violência Sexual.

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa analisar o fenômeno da violência sexual contra crianças que se encontram na Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias, problema esse recorrente no cotidiano escolar e que tem refletido, diretamente, no processo de ensino aprendizagem. Para isso, adotamos a roda de conversa, pois acreditamos nesse espaço de

¹ Mestranda da FEBEF (Faculdade de Educação da Baixada Fluminense)/UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) da UERJ, membro do NuDES (Núcleo de Estudos e Pesquisas Diferenças, Educação, Gênero e Sexualidades), e-mail: thaysesenaas@gmail.com.

² Mestre da FEBEF (Faculdade de Educação da Baixada Fluminense)/UERJ, membro do NuDES (Núcleo de Estudos e Pesquisas Diferenças, Educação, Gênero e Sexualidades) da UERJ, e-mail: roseclairsite@gmail.com



VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação
em Sexualidade, Gênero,
Saúde e Sustentabilidade

diálogo como um lugar acolhedor que aproxima os indivíduos. No caminho da pesquisa, proporcionamos uma escuta qualificada para as crianças vítimas de violência sexual no chão das escolas, promovendo algumas intervenções. No universo de 181 unidades escolares, realizamos diversas visitas, porém 9 escolas nos chamaram a atenção para os casos que foram identificados nas turmas. Observamos nos atendimentos que, a maioria dos casos de violência sexual identificados, o/a abusador/a é alguém de confiança ou da própria família da vítima, tendo acesso a espaços privados familiares. Em alguns casos que remetem aos espaços públicos, foram alicerçados pela confiança de deixar as crianças em passeios, tais como passeios em parques e afins. Considerando as vulnerabilidades da infância, para fins de atividades sexuais, adultos abusam de bebês, crianças bem pequenas que não são capazes de compreender o que está acontecendo; incapazes de se defender dos abusadores e, dessa forma, não há mínima possibilidade de pensar em consentimento nessa arbitrária manipulação de seus corpos. É importante ressaltar que os muros das famílias protegem os agressores, em nome da manutenção e sobrevivência dos seus membros, e silenciam por décadas o abuso sexual sofrido, agravando os traumas vivenciados na infância. Dito isto, é importante lembrar o marco histórico para Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, no dia 23 de outubro de 2015, uma aluna de 3 anos, de uma creche, foi agredida fisicamente, abusada sexualmente, estrangulada e morta. Um crime hediondo, que chocou os profissionais de educação e a sociedade em geral. O objetivo geral da pesquisa é investigar casos de violência sexual contra crianças. Os objetivos específicos são mapear os casos de violência sexual para identificar aqueles que são foco desta pesquisa; realizar rodas de conversa com alunos e alunas e analisar as histórias compartilhadas. Nesse sentido, é importante rememorar todo o conjunto de movimentos que produziram um conjunto de documentos relativos aos direitos de Crianças e Adolescentes em nível mundial, nos quais o Brasil é signatário. A Declaração dos Direitos da Criança, que antecedeu a Convenção Internacional dos Direitos da Criança em 1989, foi pactuada no dia 20 de novembro de 1959, na Assembleia Geral das Nações Unidas, apresentando 10 princípios fundamentais. O princípio I preconiza que: “A criança desfrutará de todos os direitos enunciados nesta Declaração. Estes direitos serão outorgados a todas as crianças, sem qualquer exceção, distinção ou discriminação por motivos de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de outra natureza, nacionalidade ou origem social, posição econômica, nascimento ou outra condição, seja inerente à própria criança ou à sua família. (UNICEF/BRASIL, 1959). Neste princípio, já

é possível observar a realidade de nossos dias, considerando as demandas atendidas nas escolas, a intersecção na violação dos direitos humanos fundamentais de crianças inseridas nas escolas públicas nas periferias, na Baixada Fluminense.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Um procedimento metodológico considerado relevante para nós é a roda de conversa que tem possibilitado aproximação com o foco da pesquisa que gera material empírico, assim como, a articulação com a Rede de Proteção. Compartilhamos aqui a percepção de Andréa Serpa: A conversa como metodologia de reflexão - ação - reflexão vem sendo utilizada por alguns grupos que buscam, nesta prática, criar um lugar de encontro onde os sujeitos possam reinventar a si e a suas realidades através da palavra compartilhada. (SERPA, 2018, p. 94). A autora faz uma breve reflexão sobre o diálogo com outros sujeitos, que possibilitam aprendizagens no processo de interlocução, até mesmo no silêncio do outro. Assim como as experiências, que são compartilhadas por quem se permite ser o narrador. O encontro com o outro agrega, ensina, desloca, tece fios.

REFERENCIAL TEÓRICO

A questão da violência sexual contra crianças, é um problema grave, considerando os dados do Anuário de 2021, alguns dados são relevantes. Foram 46.289 casos de vítimas de estupro e estupro de vulnerável (de 0 a 19 anos). As crianças e pré-adolescentes (0 a 11 anos) representaram um total de 24.207 de vítimas, as vítimas adolescentes (12 a 17 anos) representaram um total de 20.280 e as vítimas jovens (18 a 19 anos) totalizaram 1.802. (Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2021). Dito isto, o teórico Philippe ARIÈS, descreve a história social da criança e da família em 1981, mas até os dias de hoje percebemos em alguns aspectos a mesma prática das famílias, reproduzindo os mesmos costumes. Neste sentido, SANDERSON afirma que: “Não está claro quão difundido é na verdade o abuso sexual em crianças. Isso ocorre basicamente porque, por sua própria natureza, o ASC é encoberto. Acredita-se que apenas 10% dos casos são, na verdade, relatados ou chegam ao sistema judiciário criminal, o que significa que nosso conhecimento é extremamente limitado e fundamentado apenas naqueles casos denunciados. Esse conhecimento limitado tem um impacto na coleta de dados para os propósitos de pesquisa e análises estatísticas”. (SANDERSON, 2005, p.16-17), considerando que muitos casos não são notificados em virtude das vulnerabilidades dos territórios. Refletimos sobre a afirmação de Foucault (1988): “Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de

discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram. O mesmo ocorre com o sexo das crianças”. (FOUCAULT, 1988, p.28). Temos a noção que as crianças violentadas sexualmente, por um membro de sua família ou alguém de confiança dessa família, que tenha proximidade e intimidade com a vítima, torna-se mais difícil a identificação do delito. O silenciamento dos membros da família, a manutenção do segredo, em troca de benefícios financeiros tornou-se uma característica dos casos identificados. As pesquisadoras Lima e Deslandes (2011) afirmam que: “A notificação compulsória, encaminhada para o Conselho Tutelar, das situações de violência contra crianças e adolescentes atenderia ao primordial propósito de acionar a rede de proteção social, a fim de cessar as formas de abuso e restituir seus direitos.” (LIMA e DESLANDES, 2011, p. 8). Nesse sentido, na Declaração dos Direitos da Criança, o princípio II aponta para o direito à proteção por parte do Estado: “A criança gozará de proteção especial e disporá de oportunidade e serviços, a serem estabelecidos em lei por outros meios, de modo que possa desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente de forma saudável e normal, assim como em condições de liberdade e dignidade. Ao promulgar leis com este fim, a consideração fundamental a que se atenderá será o interesse superior da criança.” (UNICEF/BRASIL, 1959). Segundo a pesquisadora Deslandes (2013), esta década:[...] assinalou importante mobilização social em torno da defesa dos direitos de crianças e adolescentes e do combate à violência sexual. Contudo, somente no início do século XXI se deu a criação de políticas nacionais específicas para o enfrentamento da exploração sexual”. (DESLANDES, 2013, p.11). Nesta direção, refletimos sobre a relevância dos cuidados com a infância para que pessoas adultas possam viabilizar as crianças o direito ao desenvolvimento sexual saudável, protegendo-as de adultos perversos que são mantidos na prática da violência sexual contra crianças, pelo silêncio tanto das vítimas quanto de suas famílias. A noção de que o abusador tem necessidade de silenciar a vítima, para seguir praticando a violência sexual, em busca de presas fragilizadas, incapazes de se defender, nos inquieta. Sobre o tabu que envolve questões de gênero e sexualidade nas escolas, nas famílias e na sociedade em geral, dificultando o diálogo sobre o assunto, silenciando as vítimas. Sanderson (2005) afirma que: “Parece que o tabu não é o abuso sexual em crianças ou o fato de que ele acontece, mas sim, falar sobre ele. Crianças vítimas de abuso sexual invariavelmente não podem falar sobre suas experiências de abuso. Pais e adultos acham igualmente difícil falar sobre isso. Todos concordam que o ASC é terrível, mas ainda se tem medo de conversar sobre o assunto de maneira calma e

equilibrada. Se os adultos acham difícil falar sobre o ASC, não é de surpreender que as crianças também o achem. A consciência sobre o ASC e o diálogo público saudável podem capacitar pais e professores para tratar desses assuntos em casa, na escola e na comunidade. Não falar sobre o ASC não o afasta, mas, sim, colabora com a necessidade de silêncio que o abusador tem”. (SANDERSON, 2005, p.284). Necessário prevenir através do diálogo sobre as estratégias de enfrentamento e responsabilização dos autores através do Sistema de Garantia de Direitos e quebra do silêncio. Na conversa, pessoas se encontram, se perdem, se ressignificam, se compreendem melhor, se desafiam a modos outros de existir e pensar, relevante no processo de ensino-aprendizagem. Em consonância com a pesquisadora Andréa Serpa, o pesquisador (SKLIAR, 2018) afirma que a conversa é um gesto pedagógico e que é possível ensinar dialogando. Uma conversa é, essencialmente, um gesto pedagógico, à medida que educar pode ser compreendido como o modo de conversar a propósito do que faremos com o mundo e com a vida, o que farás de melhor com o mundo e como te tornarás responsável por tua vida. (SKLIAR, 2018, p.12). Desta forma, temos conduzido a pesquisa nas escolas municipais de Duque de Caxias, investigando casos de violência sexual que tem refletido no cotidiano escolar, diretamente no processo de ensino-aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O principal resultado das rodas de conversa foi a identificação de casos de violência sexual através dos livros e vídeos como facilitadores. Realizamos a atividade do girassol, entregando as pétalas do girassol aos alunos e alunas, que pintam a flor do girassol e escrevem nas pétalas situações de violência sexual sofrida. Observamos os resultados e para contribuir com a pesquisa e para que a rede de proteção seja acionada. Neste sentido, a roda de conversa como parte da metodologia da pesquisa tem sido um importante instrumento de investigação no chão das escolas, na identificação de casos de violência sexual.



VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação
em Sexualidade, Gênero,
Corpo e Diversidade



“O meu pai era... Ele foi preso. Ele foi para a cadeia por quê quando minha mãe saiu para ir ao mercado, ele abusou de mim. Um pai ruim e a minha mãe cuidou disso”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência sexual contra crianças e adolescentes, tem sido alvo de muitos esforços no Município de Duque de Caxias. No momento da Pandemia COVID-19, observamos no retorno das aulas, nas rodas de conversa com alunas e alunos, os discursos potentes proferidos com palavras ditas e no silenciamento. As manifestações escritas, desenhadas, modeladas e dialogada através da oralidade. Art. 18: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.” É nossa responsabilidade protegê-los. Art. 28 § 1º afirma que: “Toda criança deverá ser previamente ouvida e sua opinião devidamente considerada”. A escuta qualificada deve ser oferecida as crianças, como direito. A prevenção nas escolas por meio das rodas de conversa, pode ser uma estratégia para mitigar as múltiplas formas de violência que reflete no cotidiano escolar, no processo de ensino aprendizagem, quiçá erradicar esse fenômeno cruel e letal que tem afetado a infância caxiense.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2020/2021 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL/ Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública: www.forumseguranca.org.br

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Sumário de pesquisa**: avaliação das estratégias governamentais municipais no enfrentamento da violência sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes em quatro capitais brasileiras: Porto Alegre. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ ENSP/ IFF/ CLAVES, 2013.

Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8.069/90, PJERJ, abril, 2016;

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

ROMANOWSKI, Joana Paulin, Ens, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Revista Diálogo Educacional** [en linea], v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006, [fecha de Consulta 16 de Septiembre de 2020]. ISSN: 15183483.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189116275004>. Acesso em: 31/07/2022.

SANDERSON, Christiane. **Abuso Sexual em crianças**. Fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia. Rio de Janeiro: M.Books do Brasil Editora, 2016.

SKLIAR, Carlos. Elogio à conversa (em forma de convite à leitura). In: RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmem Sanches. **Conversa como metodologia da Pesquisa: por que não?** Rio de Janeiro: AYVU, 2018.